

Problemas ambientais começaram antes de crise dos lençóis

Categories : [Notícias](#)

Em Pernambuco, a descoberta, no último dia 11 de outubro, da importação de contêineres com 46 toneladas de lençóis estampados com marcas de hospitais americanos colocou em alerta as autoridades da Receita Federal, Anvisa e até do FBI. Negociar resíduos hospitalares é crime, tanto nos EUA como no Brasil.

O problema é maior. A imagem de um centro comercial ficou prejudicada. Um polo de confecções que movimenta a economia de 18 municípios, emprega 150 mil pessoas em 22 mil empresas (80% microempresas, 15% de pequenos empreendedores e alguns médios e grandes negócios).

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), vestiu a camisa dos empreendedores e defendeu a maioria. Disse que muitos não podem ser condenados pelo crime de um. As primeiras informações depois de iniciadas as investigações revelam que a prática da compra de tecido de hospitalares é antiga, rotineira e movimenta o comércio nacional.

Antes do crime dos lençóis se transformar em destaque nacional, na mesma região e no mesmo setor econômico ocorreram casos de sonegação fiscal, devastação de mata nativa, derrame de água sem tratamento em rio estadual e desrespeito à legislação trabalhista.

Em 2009, uma grande operação do Ibama em conjunto com a agência ambiental CPRH procurou coibir duas prática que estavam se tornando corriqueira entre as lavanderias industriais: retirar lenha nativa da caatinga para usar como matriz energética e despejar seus efluentes sem tratamento no Rio Capibaribe. Mais de 30 lavanderias foram fechadas pelos fiscais. As lavanderias são parte fundamental da produção de jeans e o município de Toritama responde pela produção de cerca de 15% do consumo nacional.

Um dos idealizadores da fiscalização pelo Ibama, o analista ambiental Leslie Tavares, conta que poucas empresas possuíam licença ambiental, muitas eram instaladas em meio urbano e a prática despejar os efluentes no rio era comum. “O Capibaribe ficava azul”, recorda o então chefe da fiscalização do Ibama.

O Ministério Público do Trabalho também resolveu entrar em ação, depois de denúncias de jornadas de trabalho excessivas e uso de mão de obra infantil. A primeira ação na Justiça do Trabalho foi contra o importador dos resíduos hospitalares dos EUA, a empresa Na Intimidade. A procuradora Ana Carolina Ribemboim questionou as condições de insalubridade, falta de equipamentos de proteção individual e contratação de adolescente. E também moveu ação contra o dano geral provocado pela importação de lixo hospitalar. “Houve a ocorrência de dano a toda coletividade”, explicou Ribemboim.

O presidente do Sindicato dos Comerciários de Caruaru, Milton Manoel da Silva, entrou no grupo dos críticos, depois de registrar a fuga dos clientes. Disse que existia “um bando de empresários e políticos” que procuravam abafar a máfia do lixo hospitalar. Segundo ele, há mais de uma década empresários importam tecidos de hospitais. “Isso não é coisa de um empresário só nem só de agora. É de mais de dez anos”, acusou Milton da Silva, que detalhou a causa. “Isso acontece porque falta fiscalização”.

O empresário Bruno Bezerra, que se tornou porta-voz do comitê da crise montado no polo de confecções, tenta defender o setor e argumenta que os problemas gerados pela importação de resíduos têm o seu lado útil ao dar mais apoio às autoridades. Conta que uma nova legislação vai impedir que tecidos possam ser comercializados com marcas de outras empresas ou instituições e uma campanha publicitária vai procurar esclarecer.